Educação Rural em São Paulo

Simon Schwartzman

Comentário à tese de doutoramento de Eduardo Alcântara Vasconcelos, *População rural e acesso à educação no Estado de São Paulo: análise da politica publica*. USP, Departamento de Ciência Política, 1993.

Partindo de uma vivência particular, primeiro junto a uma pequena escola rural no interior de São Paulo, e mais tarde no trabalho com o sistema de transporte escolar rural, Eduardo Alcântara de Vasconcelos proporciona, em sua tese de doutoramento, um amplo painel de cem anos de desenvolvimento da questão da educação rural no Estado de São Paulo, cobrindo desde o contexto mais amplo, das transformações econômicas e políticas do Estado e do país, até a análise do funcionamento interno da administração escolar estadual. A busca de uma visão abrangente, mas ao mesmo tempo específica e concreta, do desenvolvimento e implantação de políticas governamentais, é extremamente necessária para que possamos entender o que vem efetivamente ocorrendo, ou não, no campo das políticas sociais, e neste sentido o trabalho de Eduardo Vasconcelos é uma contribuição importante.

A abrangência buscada pelo autor levanta uma questão difícil, que é a de como combinar níveis tão distintos de análise, e perspectivas tão diferentes sobre cada um deles. A opção adotada na tese foi a de tratar de buscar, sobre cada tema, a literatura disponível, e extrair dela alguns termos que são depois utilizados nas análises mais específicas. Creio que, de uma maneira geral, este objetivo é cumprido. Creio, no entanto, ter faltado uma visão de conjunto que unificasse todos estes temas, e que mostrasse com mais clareza o fio condutor de todo o conjunto.

Acredito que esta falta de clareza possa explicar o que me parece ser uma grande contradição entre o que o autor apresenta como o sumário de seu trabalho e a realidade que ele descreve com abundância de detalhes ao longo do texto. Resumindo uma travessia de 100 anos, Eduardo Vasconcelos nos diz que

> "Apesar da grande variedade das ações tomadas pelo Estado - como foco central da política - e pelos agentes interessados na questão, pode-se concluir que ela apresentou ao menos três características comuns a todas as fases. Em primeiro lugar, ela pode ser caracterizada como uma política pública para "pobres, isolados e

> excluídos", representados por uma população rural que sempre viveu em condições sociais e econômicas precárias (...). Em segundo lugar, ela sempre foi baseada em uma perspectiva dualista, de identificação de uma suposta especificidade do rural (...); este foi o caso do "ruralismo pedagógico", que marcou a política educacional rural por décadas. Finalmente, ela pode ser caracterizada como um processo de manipulação de larga escala, na medida em que manteve uma grande distância entre o discurso e a realidade, no tocante à garantia efetiva do acesso da população rural ao ensino" (p.229).

Este sumário faz supor que o autor aceita plenamente uma visão particular sobre o relacionamento da educação com a sociedade e a política mais ampla, ou seja, a de que ela funciona como um elemento de manutenção das relações de dominação e estratificação social, pela manipulação e mistificação; que a educação não é mais do que um instrumento de exclusão, dominação e manutenção das desigualdades sociais.

Nada mais equivocado, no entanto. Ainda que estes elementos pudessem estar presentes em diversos momentos do processo estudado, o que Eduardo Vasconcelos nos mostra é a existência de um longo processo de ampliação da educação rural e da diminuição das diferenças históricas entre a educação rural e a urbana, que acompanha a modernização da economia agrícola paulista e a gradual redução de seu contingente populacional. A população rural paulista, nos mostra ele, cai de 4 par 2.4 milhões entre 1940 e 1985, passando de 56% para 8.5% da população total do Estado. Nestes anos, a percentagem de jovens entre 7-14 do campo que estão matriculados em escolas rurais vai de 19.4% a 55% (tabelas 5 e 6, p. 63), e a escolarização é de fato maior, já que existem muitos que estudam nos centros urbanos. Não há, pois, exclusão, e sim o contrário. O número de séries cursadas pelos alunos também aumenta, e a idéia de uma escola "rural" de conteúdo diferente da urbana praticamente desapareceu. Esta não é, tampouco, uma escola para "pobres e oprimidos", mas, ao contrário, um sistema educacional que se desenvolve precisamente nas regiões agrícolas mais ricas e modernas do Estado. Isto não significa, é claro, que não existam iniquidades, problemas de acesso e qualidade e até mesmo de discriminação em relação a conteúdos pedagógicos, que o autor não chega a tratar. Mas o que marca o processo descrito na tese não é o reforço e a persistência destes elementos discriminatórios através do tempo, mas sua gradual redução, com o auxílio, inclusive, do instrumento poderoso de equalização do acesso que é o transporte escolar. Acredito que, para ser coerente com o corpo de seu trabalho, a síntese à p. 229 deveria ser alterada, e com ela o paradigma interpretativo que vê na educação, simplesmente, um instrumento de reprodução da dominação e das desigualdades sociais.

De que outro paradigma o autor poderia se utilizar? Uma alternativa, que está implícita ao longo de todo o trabalho, é que o crescimento e a generalização da educação é função das transformações na economia, que, ao se modernizar, passa a exigir mão de obra mais qualificada,

e acaba por gerar as competências de que necessita. A evidência que Eduardo Vasconcelos nos traz sobre esta tese é a estreita correlação que encontra entre a modernização do sistema educacional, incluindo a implantação de redes de transporte escolar, e o desenvolvimento de determinadas regiões. É justamente nas regiões mais pobres do Estado, o Vale do Paraíba e o Vale do Ribeira, que a educação rural menos se desenvolve. O problema com este paradigma é que ele não permite, na realidade, um entendimento das relações de causa e efeito entre a educação e as transformações da sociedade e da economia. Não é verdade que a simples demanda econômica gera automaticamente os conhecimentos e habilidades necessários para o sistema produtivo, que requer uma formação de maturação de longo; e se sabe, também, que a existência de uma população educada e treinada é uma base importante para o desenvolvimento de atividades econômicas e geração de riqueza.

Estes dois paradigmas explicativos coexistem no texto com um terceiro, que trata de entender a política educacional pela atuação dos diferentes atores envolvidos - prefeitos, deputados, governo estadual, professores, e a própria comunidade local. Este paradigma consiste em tratar os fenômenos sociais, como a educação, como o resultado da interação de um conjunto de atores significativos, em um contexto histórico dado. Eu penso que este terceiro paradigma é, potencialmente, o mais interessante de todos, ainda que seu tratamento no texto não tenha a profundidade que seria desejável. Eduardo Vasconcelos nos mostra como, em determinados momentos, os deputados jogam um papel importante nas transformações educacionais, e em outros momentos os prefeitos. Ele chama a atenção para a demanda por educação da população rural, que não tem a forma de outras reivindicações, como de tipo salarial, mas que estaria presente. Fala do papel do governo do Estado, da Secretaria de Educação, dos professores.

O que eu desejaria, ao ver estas referências, seria uma informação mais rica sobre quem são estes diferentes atores, e suas motivações. Quem são, na sua origem, os "camponeses", ou homens do campo, para o qual este sistema educacional foi montado, e depois transformado? Filhos de escravos? Colonos de origem europeia? Imigrantes recentes do Nordeste? Católicos, protestantes? Que tradições tinham, e que aspirações, em relação à educação? Saber o sistema da posse da terra, da criação gradual de um proletariado rural, no lugar de formas tradicionais de colonato, ajuda a entender o que passou, mas não conta toda a história, que seria certamente distinta a partir de uma ou outra origem. Quem são, depois, os professores, e aqueles que vieram a constituir a "tecnocracia educacional" do Estado de São Paulo. Aonde se formou esta tecnocracia? Aonde se formavam os professores, ou as professoras? Que condições de emprego tinham, e sobretudo, como viam a si próprios - como grupo profissional, como movimento político, como elite, como

sindicato ou corporação? E quem são os políticos? Porque será que a classe política paulista se interessou tanto por escolas, enquanto que em outros estados os políticos iam pouco além do envolvimento na nomeação das professoras?

Os sistemas educacionais modernos são o resultado da interação destes diferentes setores, de cuja força e influência relativas dependem os graus de centralização ou descentralização, os níveis de equidade, o conteúdo e a qualidade dos cursos proporcionados aos estudantes. É claro que esta interação não se dá no vazio, mas em contextos econômicos, sociais e políticos definidos, que condicionam, inclusive, as atitudes, valores e comportamentos dos diferentes atores. Pensar em dicotomias como "democracia participativa" vs. "democracia delegativa", nos termos emprestados de O'Donnell, avança algo, mas é muito pouco, principalmente se pensamos que estes dois modelos não são excludentes, mas mecanismos concomitantes que são negociados todo o tempo. A distinção entre períodos autoritários e não autoritários também a importante, mas me parece ainda demasiado geral. Para ser bastante concreto, creio que estas generalizações são feitas para todo o Brasil, e por isto mesmo não permitem entender o que tem de específico e diferente no Estado de São Paulo, que foi capaz não só de criar a economia mais pujante do país, mas também seu melhor sistema educacional. Como é o político paulista? Como ele se diferencia do mineiro, ou do sergipano? Que significa ser prefeito, deputado, secretário de governo neste estado?

Me parece que estes dois elementos - a maior densidade na caracterização dos atores, e uma perspectiva comparada - são essenciais como ponto de partida, se queremos aprofundar no entendimento de fenômenos tão complexos como o da formação dos sistemas educacionais modernos. É a partir deles que podemos entender as disjuntivas que se colocam a cada momento, as possibilidades, e as razões pelas quais elas foram ou não aproveitadas e incorporadas. A tese de Eduardo Vasconcelos não se propõe a isto, a não ser de maneira muito breve, e por esta razão seria injusto pedir que ela incorporasse estes elementos de forma mais sistemática. Mas, pela sua própria amplitude e cobertura, ela permite que estas questões sejam levantadas, e que o conhecimento se aprofunde cada vez mais, como é próprio da atividade acadêmica.